



JORNAL DO

Procurador 46

Publicação da Associação dos Procuradores do Estado de São Paulo

APESP

FEV / MAR 2010



APESP LUTAS E CONQUISTAS

Editora Lettera.doc



Balanço

Segundo ano de gestão enfatizou campanha em Brasília

3

Remuneração

Conselho ratifica decisões da AGE

6

Internet

Site da Apesp manterá um histórico de enquetes

6

Direto de Brasília

Dívida ativa e servidores aposentados são temas de PECs

7

Direto de Brasília

Conheça as proposições acompanhadas pela Apesp

7

APESP

Associação dos Procuradores do Estado
de São Paulo – APESP

Diretoria Gestão 2008/2010

PRESIDENTE

Ivan de Castro Duarte Martins

VICE-PRESIDENTE

Uilson Ramos Franco

SECRETÁRIA GERAL

Cristina de Freitas Cirenza

DIRETORA FINANCEIRA

Márcia Junqueira Sallowicz Zanotti

DIRETORA SOCIAL E CULTURAL

Ana Carolina Izidorio Davies

DIRETOR DE PREVIDÊNCIA

Juarez Sanfelice Dias

DIRETORA DE PATRIMÔNIO

Adriana Moresco

DIRETOR DE COMUNICAÇÕES

Daniel Carmelo Pagliusi Rodrigues

CONSELHO ASSESSOR

Ana Cristina Leite Arruda

José Damiano de Lima Trindade

Mary Chekmenian

Paulo Francisco Bastos Von Bruck Lacerda

Sebastião Vilela Staut Junior

Tânia Henriqueta Lotto

CONSELHO FISCAL

Ana Maria Bueno Piraino

Arilson Garcia Gil

Paulo Sérgio Garcez Guimarães Novaes

EDIÇÃO E REDAÇÃO DE TEXTOS

Cristiano Tsonis (jornalista responsável – MTB 30.748)

Tsonis Comunicação e Consultoria Ltda

FOTOS

Ricardo Lucas

FOTO CAPA

Reprodução da capa do livro “Apesp lutas e conquistas”

REVISÃO

Francisca Evrard

**PROJETO GRÁFICO, CAPA,
DIAGRAMAÇÃO E ILUSTRAÇÕES**

Fonte Design

Tel. (11) 3864 8974

TIRAGEM

1.900 exemplares

Acesse a versão on-line do
JORNAL DO PROCURADOR
no site <www.apesp.org.br>
Publicação periódica distribuída
gratuitamente pela APESP.

Editorial

A volta ao mundo, a espinha e a carreira

A Procuradoria Geral do Estado surgiu em 1947, sob a denominação de Departamento Jurídico do Estado de São Paulo, por um decreto-lei de Adhemar de Barros, baixado no dia 27 de junho. E já nasceu sob o signo do descontentamento com a situação salarial. Essa história é recontada em um dos primeiros capítulos do livro histórico da Apesp. Lutamos, desde a origem, por uma remuneração condizente com a importância de nossa carreira. Alternamos períodos bons e outros nem tanto e jamais tivemos êxito em atingir uma estabilidade na questão salarial.

Existem diversas maneiras de se chegar a um determinado objetivo. A história nos ensina que, com a queda de Constantinopla, os portugueses se viram forçados a descobrir um novo caminho para as Índias, o que fizeram se aventurando pelo Cabo das Tormentas. Outra forma de se chegar às Índias foi tentada pelo navegador genovês, Cristóvão Colombo, que apostou na circunavegação e deu com os costados no Caribe. Por isso, chamou de índios aos habitantes do lugar onde aportou. Não completou ele sua volta ao mundo, pois a América, para nossa sorte, estava no meio do caminho a impedir-lhe a passagem.

Pois bem, até hoje nossas batalhas foram travadas, em sua maioria, com o governo do Estado e apenas recentemente alguns descobriram que a Constituição Federal pode nos assegurar essa tão sonhada estabilidade. Cito o caso do subteto salarial, conquistado em 2003, por ocasião da segunda reforma da previdência. Esse subteto mais o “triplique” da verba honorária – uma conquista bem mais antiga, nos garante, atualmente, uma situação salarial diferenciada, ainda que longe da ideal.

Se não temos muito sucesso junto ao governo do Estado, sob constante pressão de outras carreiras para obtenção de reajustes, é hora de buscarmos, a exemplo dos portugueses e de Colombo, um outro caminho que nos permita chegar à nossa Índia. Falo, obviamente, da campanha em Brasília, onde iniciamos uma luta para inclusão dos procuradores nas PECs 210/07 e 21/08. Mas não é má a idéia de lutar por uma lei orgânica nacional para a advocacia pública, como procuram fazer os auditores fiscais do tesouro nacional. Somente uma legislação desse nível e porte pode nos dotar de uma espinha dorsal que nos permita ombrear com as demais carreiras consideradas paradigma e, assim, assegurar, perenemente, as conquistas pelas quais há muito lutamos: eleição do PGE, autonomia, prerrogativas, e, até mesmo, a dignidade salarial, sendo que esta até que pode vir de alguma das PECs em tramitação no Congresso Nacional, mais permeável a nossas reivindicações que a Assembléia Legislativa paulista, onde o governo mantém monolítica maioria.

Daí a importância da continuidade dos trabalhos na capital federal. É preciso que a nova diretoria se conscientize disso e que a nova presidente da entidade se disponha a enfrentar os custos pessoais e familiares que esse empreitada impõe. A Apesp tem papel de liderança a desempenhar nessas questões, e deve articular com as demais entidades representativas da advocacia pública em geral e das procuradorias estaduais em particular o movimento em defesa desses ideais.

Ivan de Castro Duarte Martins, presidente da Apesp

Segundo ano de gestão enfatizou campanha em Brasília

No próximo dia 31/03, a diretoria da Apesp (biênio 2008/2010) encerra o mandato com um histórico de dedicação à carreira e um profícuo trabalho. Confraternizar os procuradores, inovar na comunicação, acréscimo patrimonial, prestar serviços aos associados e manter uma intensa mobilização política foram os principais feitos da atual gestão. Na edição n. 41 (abril/maio de 2009), o *Jornal do Procurador* publicou um balanço do primeiro ano de mandato. Agora destaca os principais fatos do segundo ano:

Social

- Entre os dias 6 e 8 de novembro, a Apesp realizou o XV Encontro Estadual de Procuradores do Estado, na Pousada do Broa, em Itirapina. Campeonato de tênis e futebol, *rafting*, bóia-cross, *rally air* e churrasco com banda de *pop-rock* foram algumas das atividades do evento.



- Em 27/11/2009, a Apesp promoveu no Buffet Torres a festa de confraternização dos procuradores do Estado de São Paulo. O grande destaque da noite foi o show do grupo MPB 4. A platéia pode ouvir clássicos da MPB e da bossa-nova, tais como: “Lua”, “Ronco da Cuíca” e “Chega de Saudade”.

Eventos

- Em 28/09, o presidente da Apesp, Ivan de Castro Duarte Martins, participou do “Encontro Estadual do Advogado Público”, no Salão Nobre da OAB SP, como debatedor, na conferência “A advocacia pública sob a ótica do Legislativo”, com a presença do deputado estadual do PSDB, Fernando Capez (expositor). O evento foi organizado pela Comissão do Advogado Público, sob presidência da procuradora do Estado, Anna Carla Agazzi.

Comunicação

- A partir de outubro de 2009, os associados passaram a criar seus próprios logins e senhas para acessar a área restrita do site da Apesp. A medida possibilitou: acessibilidade ao associado para alterar diretamente no site algumas informações contidas no seu cadastro geral; inserção direta de informações sobre a disponibilidade de vagas do banco de permutas. Com a criação de login e senha individuais, só é permitido um voto por associado nas enquetes promovidas no site (leia mais sobre as enquetes na p. 6)
- produção de um folder institucional com o propósito de divulgar a PGE SP e o fundamental trabalho dos procuradores na defesa do interesse público.

Mobilização política

- A Apesp buscou, por intermédio do deputado Rui Falcão (PT), incluir no orçamento do Estado de São Paulo para o ano de 2010 emenda para revalorizar a taxa de quilometragem para os procuradores do Estado que utilizam carros particulares para prestação de serviço público. O pleito não foi acolhido pelo deputado Bruno Covas (PSDB).
- Em abril de 2009, a entidade iniciou uma intensa campanha no Congresso Nacional para incluir os procuradores nas PEC ns. 210/2007 – de autoria do deputado Regis de Oliveira (PSC/SP) – e 21/2008 – de autoria do senador Alvaro Dias. Os representantes da entidade passaram também a acompanhar uma gama de projetos atinentes aos procuradores do Estado (leia mais nas p. 7 e 8).
- assim que o PL n. 749/2009 – convertido na Lei n. 13.723, de 29/09/2009 (securitização da dívida ativa

paulista) – foi apresentado na Alesp, a entidade iniciou uma série de atividades para alertar os investidores para os riscos jurídicos da operação financeira. Corpo a corpo com os deputados estaduais, divulgar a operação para a mídia e publicar um manifesto de alerta à sociedade paulista no jornal *Valor Econômico* formaram a base da estratégia da Associação (leia reportagem completa no JP n. 44).

- em encontro com a Ministra do STF, Cármen Lúcia Antunes Rocha, em 17/06/2009, o presidente da Apesp, Ivan de Castro Duarte Martins, entregou um memorial contendo o relato das várias etapas da ação dos procuradores, aposentados com proventos proporcionais ao tempo de serviço, para voltarem a receber o valor integral da VH. Duas semanas depois, a ministra proferiu voto contra o agravo regimental interposto pela Fazenda, tendo a 1ª Turma do STF, por unanimidade, negado provimento ao recurso. A decisão foi uma grande vitória para os colegas aposentados.

Assembleia Geral

Em 04/02/2010, a Apesp realizou uma Assembleia Geral Extraordinária para decidir sobre o anteprojeto de lei complementar que propunha alterações na atual sistemática remuneratória. A maioria dos votantes (presentes e por procuração) rejeitou a proposta apresentada pelo procurador geral Marcos Nusdeo. Por sua vez, o projeto do conselheiro relator Fernando Franco não atingiu o quórum regimental necessário para sua aprovação. No entanto, a carreira aprovou algumas diretrizes para adequar o modelo (leia reportagem completa no JP n. 45). Ainda sobre o tema, leia mais na p. 6 desta edição.



Apesp: lutas e conquistas

Quando, em 30/12/1948, corajosos pioneiros fundaram uma entidade de classe com o propósito de congregar os advogados do departamento jurídico do Estado – na época, a designação dos procuradores do Estado –, poucos talvez tenham acreditado em tamanha empreitada. Contudo, a oportunidade de revisitar o passado mostra um sucesso talhado em combatividade e vitórias. É para contar essa rica história que, no próximo dia 30/03, na sede da Apesp, na rua Líbero Badaró, n. 377, cj. 901/906, será lançado o livro "Apesp lutas e conquistas". O evento será aberto a todos os procuradores. "Nesses mais de 60 anos de existência, a nossa Associação foi sempre a casa dos procuradores, a guarida de suas prerrogativas e a voz que retumbou os seus pleitos. É com muito orgulho que concluímos esse trabalho e oferecemos à carreira uma obra que personifica a construção de sua própria identidade", afirma Ivan de Castro Duarte Martins, presidente da Apesp.

Depoimento

« Cresce a percepção, em variados setores da sociedade brasileira, de que a história institucional está a serviço da consolidação das próprias instituições. Isso porque há uma importância inestimável na experiência histórica, um valor intangível, que a realização de pesquisas e a publicação de livros procuram tornar palpáveis. Materializada em obras impressas, a vivência institucional ganha contornos concretos. Quem tem história, detém um patrimônio valioso acumulado, a serviço do presente e do futuro.

No segmento jurídico, o espantoso desdém com o significado dos livros de história institucional começa a perder terreno. Até pouco tempo, ainda

era comum operadores do direito na direção das entidades do setor darem de ombros para gastos milionários com prédios de tribunais suntuosos, mas horrorizarem-se com o dispêndio de parcos milhares de reais para pesquisar, organizar acervos, escrever, editar e publicar obras de cunho histórico. Oxalá essa inversão de valores se torne, para sempre, coisa do passado... A Apesp está fazendo a sua parte. Depois de dois anos de pesquisa e edição, a obra histórica sobre a trajetória da Associação está concluída. É um trabalho coletivo, que envolveu um Conselho Editorial formado por respeitadas procuradores do Estado de São Paulo e a equipe de pesquisa e edição da Editora Lettera.doc. O resultado é um livro rico,

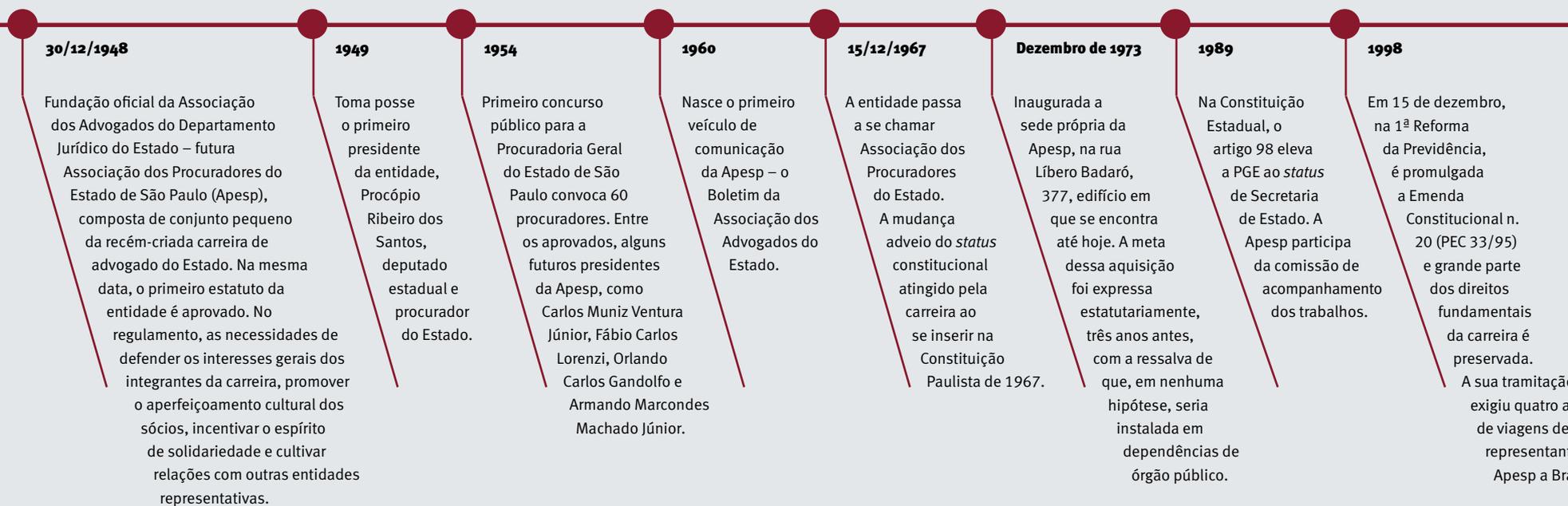
em conteúdo editorial e iconografia, com personagens, acontecimentos, fotos e documentos relevantes para a construção da história da Apesp e também da advocacia pública paulista." Cássio Schubsky, diretor editorial da Editora Lettera.doc.

CONSELHO EDITORIAL

O grupo formado por Cássio Schubsky, Ivan de Castro Duarte Martins, presidente da Apesp, Márcia Junqueira Sallowicz Zanotti, diretora financeira, Raymundo Farias de Oliveira e José Damiano de Lima Trindade, ex-presidentes da entidade, e Dyonne Stamato Leite Fernandes foi fundamental para a elaboração dos trabalhos e para a conclusão da obra.

Linha do tempo

A seguir, o JP antecipa alguns tópicos da linha do tempo da Apesp que estará presente na publicação. Vale destacar que o material será também disponibilizado no site da entidade:



Galeria



Trechos da obra

Como um saboroso “aperitivo”, o *Jornal do Procurador* publica dois excertos do livro:

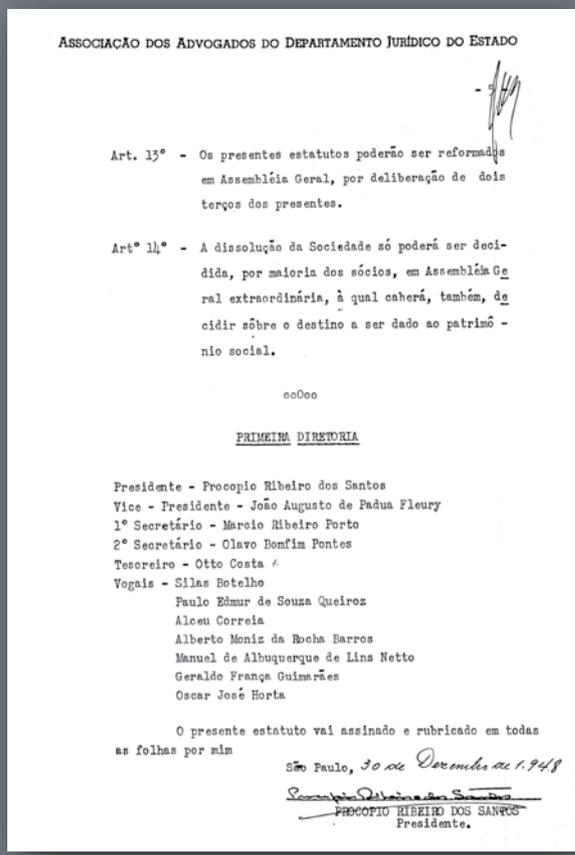
Pelas Diretas Já!

“Os procuradores do Estado de São Paulo responderam à euforia do momento dois dias antes da votação da Emenda Dante de Oliveira. No dia 23 de abril de 1984, às 17h, em assembleia geral extraordinária, realizada no auditório da seção paulista da Ordem dos Advogados do Brasil, discutiram o apoio ao movimento. Como era de se esperar, por mais legítima que fosse a proposta, houve cuidadoso debate a respeito do papel cívico da entidade. Na pauta figurava a discussão de requerimento, elaborado

por 42 associados, propondo a decisão ‘por aclamação em favor das ‘Diretas Já!’, ficando a diretoria da Apesp autorizada a fazer pública essa deliberação pelo modo que decidir” (p. 29 e 30).

Impeachment

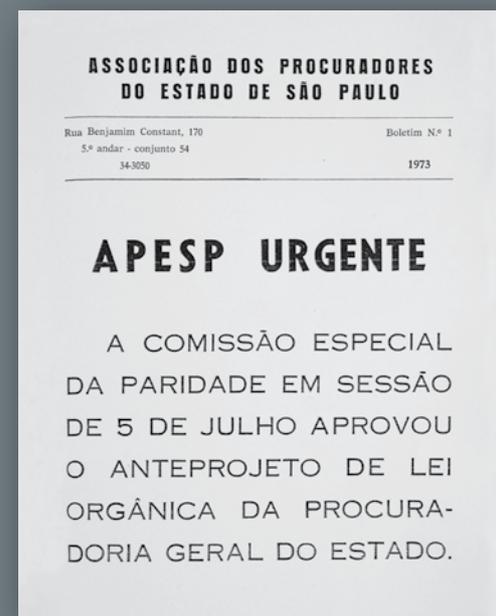
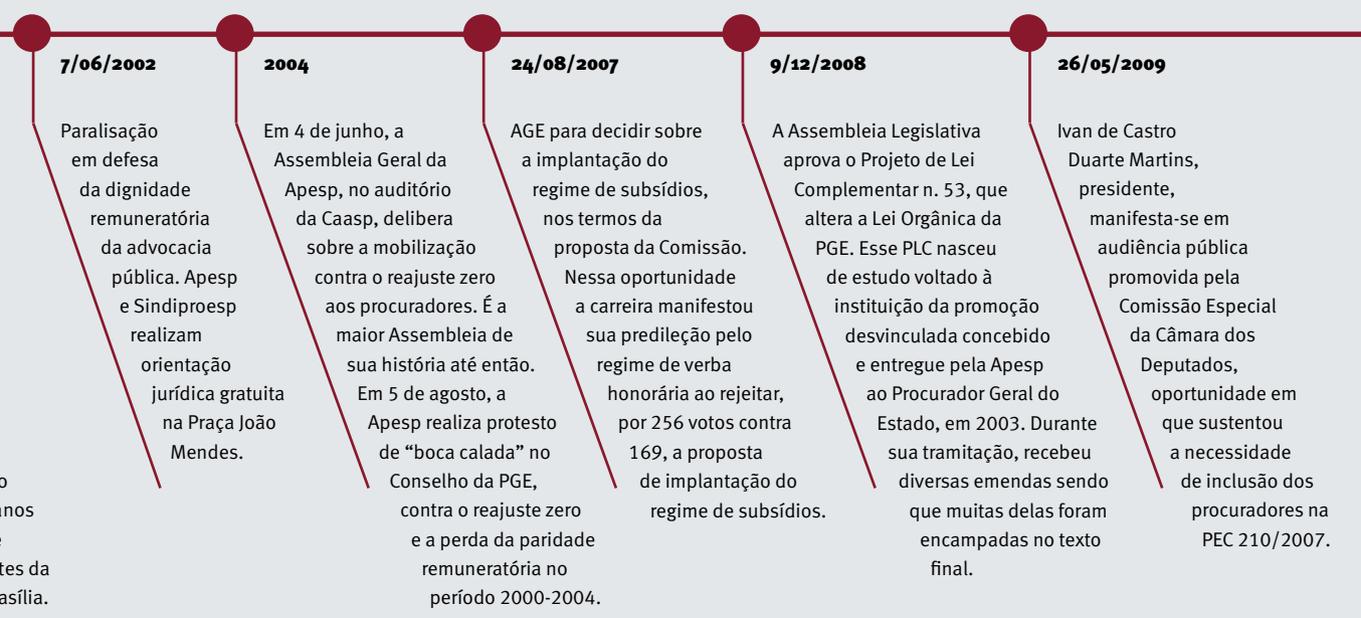
“Sem conseguir explicar as denúncias, Fernando Collor viu o seu governo desmoronar entre julho e setembro de 1992. No dia 26 de agosto daquele ano, a diretoria da Apesp, sob a presidência de Vanderli Volpini Rocha, decidiu posicionar-se publicamente a favor do impeachment do presidente, processo autorizado pela Câmara dos Deputados em 30 de setembro de 1992, por 441 a 38 votos. Acuado, Collor renunciou. Para comemorar, os brasileiros de todos os cantos do País tomaram as ruas. Somente em São Paulo, 120 mil pessoas ocuparam o Vale do Anhangabaú, na região central da capital. Das janelas da sede administrativa, os procuradores do Estado acompanhavam a comemoração e fotografavam a manifestação. A Apesp participava de mais um capítulo da história política do Brasil” (p. 34 e 35).



Fac-símile da ata de fundação da Associação dos Advogados do Departamento Jurídico do Estado (futura Apesp), de 30 de dezembro de 1948, contendo o primeiro estatuto e a relação dos integrantes da primeira diretoria da entidade. Crédito: Acervo Apesp/Marcelo Vigneron.



Alberto Moniz da Rocha Barros, que integrou a primeira diretoria da Associação, em 1948: grande advogado e militante histórico da esquerda brasileira. Crédito: acervo de família.



Boletim da Apesp, de 1973: mobilização da carreira foi fundamental na conquista da primeira Lei Orgânica da PGE/SP.

Site da Apesp manterá um histórico de enquetes

As enquetes promovidas pela Apesp serão, a partir de agora, armazenadas no arquivo do site, com o objetivo de criar um histórico da opinião dos procuradores. Os resultados ficarão à disposição de todos os associados. Por isso, é fundamental a participação da carreira nas enquetes propostas pela entidade. Conheça os resultados das enquetes promovidas, após a alteração no sistema, que restringiu um voto para cada associado:

“*Você é a favor da análise subjetiva das peças juntadas pelo procurador no concurso de promoção por merecimento*” foi:

Não - 109 votos (77%)

Sim - 32 votos (23%)

“*Você é a favor da possibilidade de vender licença-prêmio também para os procuradores do Estado?*”

Não - 12 votos (12%)

Sim - 88 votos (88%)

Nova enquete no ar! Participe!

A nova enquete proposta pela Apesp aborda uma possível alteração no artigo 47 do Estatuto da entidade, que prevê: “A inscrição dos candidatos será feita na secretaria da Apesp, individualmente ou em chapa”. A regra, que vige atualmente, permite aos colegas candidatarem-se sem a necessidade de vínculo com chapas eleitorais.

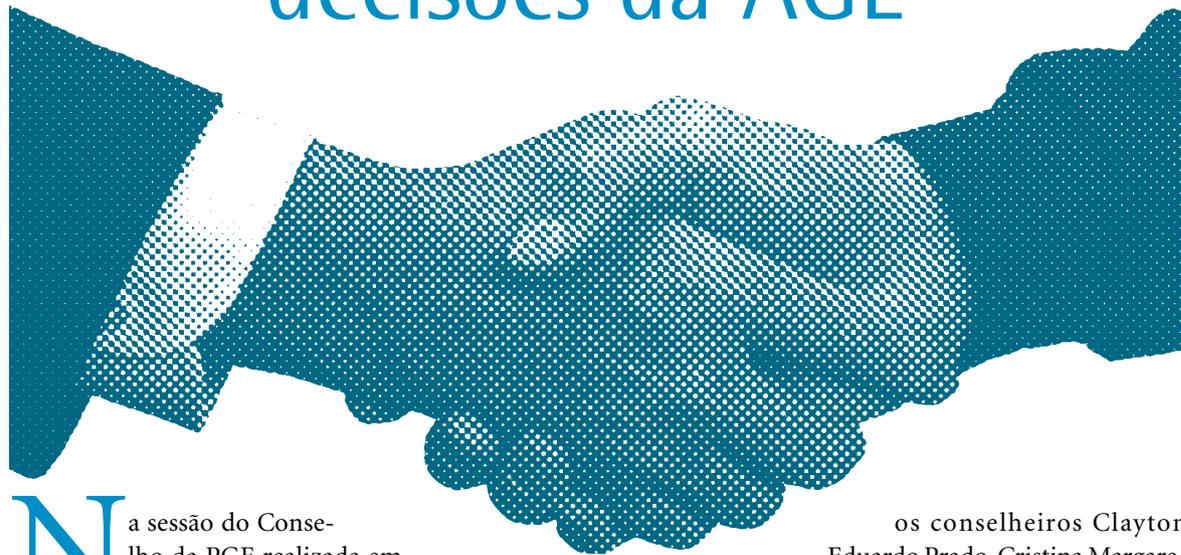
“*Para as eleições na APESP você é a favor da votação:*

1) Por chapa;

2) Por chapa para os diretores e em nomes individuais para os conselheiros;

3) Em nomes individuais para os diretores e para os conselheiros.”

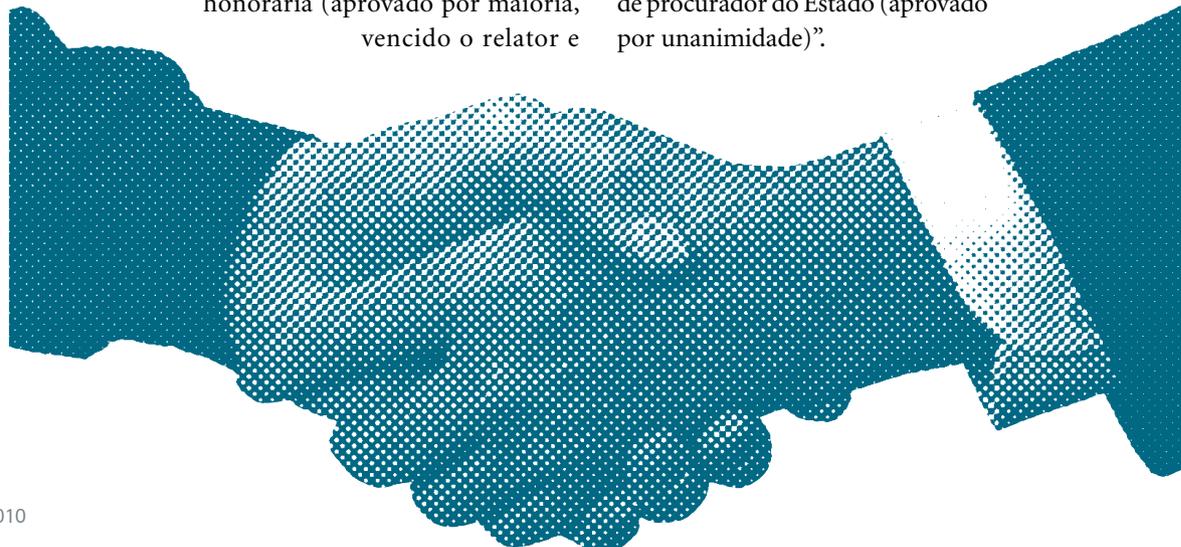
Conselho ratifica decisões da AGE



Na sessão do Conselho da PGE realizada em 11/02/2010, discutiu-se o processo CPGE n. 18575-766438/2009, que propunha uma alteração legislativa da atual sistemática remuneratória, sob relatoria do conselheiro Fernando Franco. A deliberação dos conselheiros ratificou todas as decisões tomadas pela Assembleia Geral Extraordinária, realizada pela Apesp em 04/02. Para o procurador geral adjunto, Marcelo de Aquino, que presidiu a reunião, a AGE sinalizou o desejo da maioria da carreira de majorar a parte fixa, e conseqüentemente da RAP, sem alterar o valor nominal da verba honorária. Nesse sentido, adiantou que o Gabinete trabalhará, em 2010, com duas estratégias: 1) apresentação de um projeto de lei que garanta a premissa apontada pela AGE; 2) caso a aprovação de um PL não seja possível, buscar-se-á uma revalorização das quotas da VH pela forma tradicional.

Dessa forma, na redação final da deliberação CPGE n. 105/2010, consta que os conselheiros opinaram “favoravelmente ao envio de projeto de lei complementar à Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, observando os seguintes princípios: a) manutenção do sistema do ‘triplique’ da verba honorária, considerando-o item inegociável, com a elevação da parte fixa dos vencimentos (aprovado por unanimidade); b) que a elevação da parte fixa dos vencimentos seja realizada sem a redução nominal da verba honorária (aprovado por maioria, vencido o relator e

os conselheiros Clayton Eduardo Prado, Cristina Margarete Wagner Mastrobuono, Daniel Smolentzov, José Renato Ferreira Pires e Rogério Pereira da Silva); c) fixação da escala dos valores de referências dos vencimentos dos integrantes da carreira de Procurador do Estado proporcionais aos do Procurador Geral do Estado, na seguinte conformidade: Procurador do Estado Nível V - 100%; Procurador do Estado Nível IV - 95%; Procurador do Estado Nível III - 90%; Procurador do Estado Nível II - 85%; Procurador do Estado Nível I - 80% (aprovado por maioria, vencido o presidente e os conselheiros, Ary Eduardo Porto, Eduardo José Fagundes, Flavia Cherto Carvalhaes, Marcos Mordini e Rosina Maria Euzébio Stern); d) elevação das gratificações *pro labore*, de função e de difícil atendimento, previstas nos artigos 5º, 6º e 7º, respectivamente, da Lei Complementar n. 724/93 (aprovado por unanimidade); e) criação de gratificação pelo exercício de atividades em condições de especial dificuldade (aprovado por unanimidade); f) autorização para conversão em pecúnia de 30 dias de licença – prêmio a cada 90 dias adquiridos e para pagamento – com caráter indenizatório – no momento da aposentadoria, das parcelas não usufruídas (aprovado por unanimidade); g) instauração de procedimento autônomo, no âmbito do Conselho da Procuradoria Geral do Estado, para análise da viabilidade e conveniência de instituição de prêmio baseado na produtividade para a carreira de procurador do Estado (aprovado por unanimidade)”.



Dívida ativa e servidores aposentados são temas de PECs

A Apesp retomou, logo após o término do receso legislativo, o trabalho de monitoramento das propostas de emendas constitucionais e projetos de lei referentes aos procuradores de Estado, em tramitação na Alesp e no Congresso Nacional (veja lista ao lado).

Cobrança administrativa da dívida ativa

A assessoria da entidade tem acompanhado as reuniões da Comissão Especial que analisa o **PL n. 2412/2007**, de autoria do deputado Régis de Oliveira (PSC/SP), “que dispõe sobre a execução administrativa da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de suas respectivas autarquias e fundações públicas, e dá outras providências”. O presidente da Comissão é o deputado Jurandil Juarez (PMDB/AP) e a matéria está sob relatoria do deputado João Paulo Cunha (PT/SP). Foram apensados à propositura – por similaridade de tema – os Projetos de Lei 5.080/2009, 5.081/2009 e 5.082/2009, de autoria do Poder Executivo.

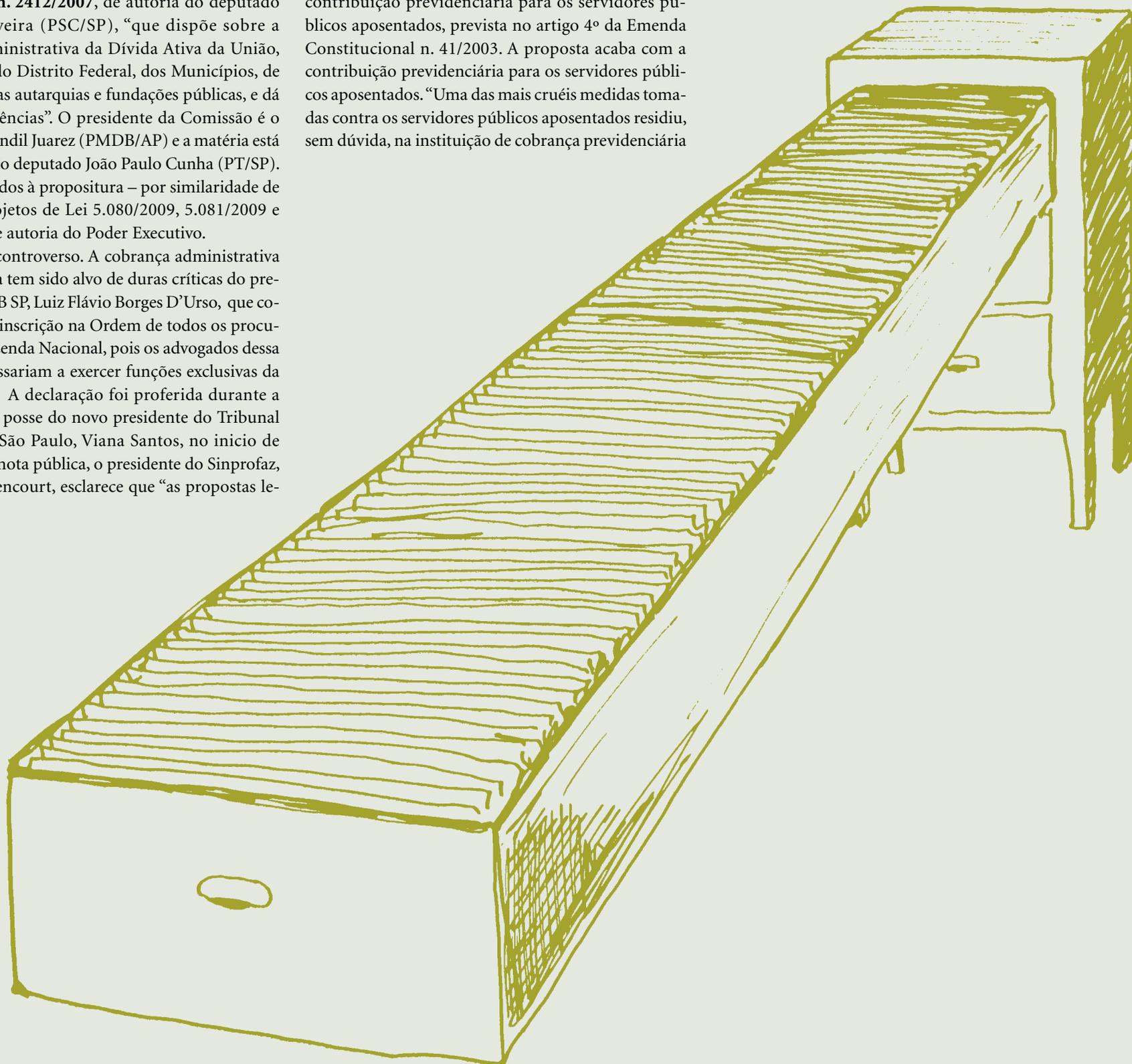
O tema é controverso. A cobrança administrativa da dívida ativa tem sido alvo de duras críticas do presidente da OAB SP, Luiz Flávio Borges D’Urso, que cogitou cassar a inscrição na Ordem de todos os procuradores da Fazenda Nacional, pois os advogados dessa instituição passariam a exercer funções exclusivas da magistratura. A declaração foi proferida durante a solenidade de posse do novo presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, Viana Santos, no início de fevereiro. Em nota pública, o presidente do Sinprofaz, Anderson Bitencourt, esclarece que “as propostas le-

gislativas de alteração do modelo de cobrança judicial de tributos em tramitação no Parlamento, dentre as quais está prevista a chamada ‘Execução Fiscal Administrativa’, são propostas de Governo, e não da carreira de Procurador da Fazenda Nacional”.

Cobrança previdenciária

A Apesp acompanha a tramitação da PEC n. 555/2006, de autoria do deputado Carlos Mota (PSB/MG), que visa à revogação da contribuição previdenciária para os servidores públicos aposentados, prevista no artigo 4º da Emenda Constitucional n. 41/2003. A proposta acaba com a contribuição previdenciária para os servidores públicos aposentados. “Uma das mais cruéis medidas tomadas contra os servidores públicos aposentados residiu, sem dúvida, na instituição de cobrança previdenciária

sobre seus proventos. Tentada inúmeras vezes durante o governo anterior ao atual, a iniciativa só prosperou, por ironia, em gestão capitaneada pelo partido político que sempre foi seu maior adversário”, defende o deputado em sua justificativa. A PEC aguarda a instalação da Comissão Especial pelo presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer. Apensou-se à propositura, a PEC n. 152/2007, de autoria do deputado João Campos (PSDB/GO).



Conheça as demais propostas sob monitoramento da Apesp

Câmara dos Deputados

PEC n. 452/2009, de autoria do deputado Paulo Rubem Santiago (PDT/PE), que altera e acresce dispositivos na Seção II, do Capítulo IV, do Título IV da Constituição Federal. **Estágio atual:** em tramitação na CCJ.

PEC n. 443/2009, de autoria do deputado Bonifácio de Andrada (PSDB/MG), que fixa parâmetros para a remuneração dos advogados públicos. **Estágio atual:** em tramitação na CCJ.

PEC n. 341/2009, de autoria do deputado Régis de Oliveira (PSC/SP), que modifica os dispositivos constitucionais retirando do texto matéria que não é constitucional. **Estágio atual:** em tramitação na CCJ. Aprovado requerimento para realização de audiência pública sobre a PEC.

PEC n. 210/2007, de autoria do deputado Régis de Oliveira (PSC/SP), que altera os artigos 95 e 128 da Constituição Federal, para restabelecer o adicional por tempo de serviço como componente da remuneração das carreiras da magistratura e do Ministério Público. **Estágio atual:** pronta para votação em plenário.

PEC n. 89/2007, de autoria do deputado João Dado (PDT/SP), que estabelece o mesmo teto remuneratório para qualquer que seja a esfera de governo. Altera a Constituição Federal de 1988. **Estágio atual:** pronta para votação em plenário.

PEC n. 82/2007, de autoria do deputado Flávio Dino (PCdoB/MA) e coautores, que atribui autonomia funcional e prerrogativas aos membros da Defensoria Pública, Advocacia da União, Procuradoria da Fazenda Nacional, Procuradoria Geral Federal, Procuradoria das autarquias e às Procuradorias dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Altera a Constituição Federal de 1988. **Estágio atual:** aguardando constituição de Comissão Temporária.

PEC n. 152/2007, de autoria do deputado João Campos (PSDB/GO), que revoga o dispositivo da Emenda Constitucional de Reforma da Previdência, que institui a cobrança de contribuição previdenciária sobre os proventos dos servidores públicos aposentados.

PEC n. 441/2005, de autoria do deputado Rodolpho Tourinho (PFL/BA), que disciplina a fixação do limite remuneratório para os agentes públicos dos Poderes Legislativo e Executivo dos Estados e do Distrito Federal, determina a aplicação do disposto no artigo 7º da Emenda Constitucional n. 41/2003, às pensões derivadas dos proventos de aposentadoria dos servidores públicos que se aposentarem na forma do *caput* do artigo 6º da mesma Emenda, e disciplina a forma de contribuição dos servidores portadores de doença incapacitante para o custeio da Previdência Social. **Estágio atual:** aguardando constituição de Comissão Temporária.

PEC n. 358/2005, de autoria do Senado Federal, que propõe a reforma paralela do Judiciário. **Estágio atual:** pronta para votação em plenário.

PL n. 5080/2009, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a cobrança da dívida ativa da Fazenda Pública e dá outras providências. **Estágio atual:** apensado ao PL n. 2.412/2007 para tramitação conjunta.

PL n. 5081/2009, de autoria do Poder Executivo, “dispõe sobre a instituição de mecanismos de cobrança dos créditos inscritos em dívida ativa da União, das autarquias e das fundações públicas federais, mediante a regulamentação da prestação de garantias extrajudi-

ciais, da oferta de bens imóveis em pagamento, do parcelamento e pagamento à vista de dívida de pequeno valor, da previsão da redução do encargo legal previsto no artigo 1º do Decreto-Lei n. 1.025, de 21.10.1969, e dá outras providências.” **Estágio atual:** apensado ao PL n. 2412/2007 para tramitação conjunta.

PL n. 5082/2009, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre transação tributária, nas hipóteses que especifica, altera a legislação tributária e dá outras providências. **Estágio atual:** apensado ao PL 2412/2007 para tramitação conjunta.

PL n. 1492/2007, de autoria do deputado Eduardo Gomes (PSDB/TO), que garante o depósito dos honorários de sucumbência devidos aos advogados servidores da Administração Pública em um Fundo Autônomo da Advocacia Pública (FAAP), para ser distribuído ou revertido em benefício da categoria. **Estágio atual:** em tramitação na Comissão de Finanças e Tributação (CFT)

PLP n. 1/2007, de autoria do Poder Executivo, que limita, a partir do exercício de 2007 e até o término do exercício de 2016, a despesa com pessoal e encargos sociais da União, para cada Poder e órgãos da União, ao valor liquidado no ano anterior, corrigido pela variação acumulada do INPC. Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). **Estágio atual:** em tramitação na Comissão Especial.

PL n. 4091/2004, de autoria do STJ, que suprime dispositivos que determinam a intimação e notificação pessoal de Procurador Federal e de Procurador do Banco Central do Brasil. **Estágio atual:** em tramitação na CCJ.

Senado Federal

PEC n. 21/2008, de autoria do senador Alvaro Dias (PSDB/PR), altera os artigos 95 e 128 da Constituição Federal, para restabelecer o adicional por tempo de serviço como componente da remuneração das carreiras da Magistratura e do Ministério Público. **Estágio atual:** em tramitação na CCJ.

Alesp

PLC n. 40/2002, que cria a Procuradoria de Procedimentos Disciplinares na PGE SP. **Estágio atual:** em tramitação no âmbito das comissões;

PLC n. 33/2006, que acrescenta dispositivo à Lei Complementar n. 478/1986, que atribui a defesa dos agentes públicos aos procuradores de Estado. **Estágio atual:** pronta para ordem do dia.